

- XXXI -

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DO  
DOCUMENTO: “UM AJUSTE JUSTO: ANÁLISE DA  
EFICIÊNCIA E EQUIDADE DO GASTO PÚBLICO  
NO BRASIL”**

**Dayane Horwat Imbriani de Oliveira** – UEM  
[oliveira.dayanehorwat@gmail.com](mailto:oliveira.dayanehorwat@gmail.com)

**Camila Tecla Morteau Mendonça** – UEM  
[teclacamila@hotmail.com](mailto:teclacamila@hotmail.com)

**Karina Rodrigues de Faria** – UEM/UNIR  
[karina.fr@unir.br](mailto:karina.fr@unir.br)

**Renata Oliveira dos Santos** - UNIFCV  
[re.mga@hotmail.com](mailto:re.mga@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Superior no Brasil vem passando por profundas mudanças na conjuntura do cenário político atual, especialmente no que diz respeito às questões de financiamento do setor público, mas principalmente o financiamento público do setor privado. A corrente de pensamento que se coloca a face de tais práticas, o neoliberalismo, irradia forte influência por meio de organismos e organizações internacionais sobre diversos setores da sociedade, sobretudo na educação de nosso país. Pode-se perceber que a influência do Grupo Banco Mundial, que é o autor do texto “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, posto em análise no presente trabalho, revela um impacto significativo nas políticas educacionais, menos pelo investimento em projetos específicos e mais pela influência nas grandes orientações das políticas públicas (CROSSO; AZZI; BOCK, 2007, p.6).

Assim, trata-se de refletir nesse texto, acerca do conteúdo textual de “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, especificamente no que diz respeito à algumas das inferências dirigidas ao Ensino Superior de nosso país. Para tal, usa-se dados coletados por pesquisa bibliográfica, bem como, leituras e discussões provenientes do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

## DESENVOLVIMENTO

O documento intitulado “Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” é um texto desenvolvido pelo Banco Mundial e foi divulgado em novembro de 2017. O texto dedicado na íntegra para o Brasil é composto por cento e sessenta páginas, das quais sete tem o conteúdo direcionado ao Ensino Superior.

No documento os termos relacionados ao ensino superior vislumbram a demonstração de que o dinheiro público investido nesse nível de ensino é considerado, fundamentalmente, despesa. Para isso, estabelecem-se insistentemente comparações entre o setor público-privado, como por exemplo, na seguinte afirmativa: “Em média, um estudante em universidades públicas no Brasil custa de duas a três vezes mais que estudantes em universidades privadas” (MUNDIAL, 2017, p.131).

Entretanto, ao analisar a referida afirmativa, pode-se perceber que não há uma distinção clara entre o que seria “gasto por aluno” e “custo do aluno”. Pois, ao apresentar os valores que desvelam essa comparação entre custos de alunos de instituições públicas e privadas há que se elaborar uma metodologia que separe os custos com o ensino – que é o custo do aluno – do custo da pesquisa, do custo da extensão, do custo do hospital, do custo das atividades culturais etc. (AMARAL, 2018, p.5).

Para além disso, em outro trecho do documento é afirmado que “A pequena minoria de estudantes que frequentam universidades públicas no Brasil **tende a ser de famílias mais ricas** que frequentaram escolas primárias e secundárias privadas” (MUNDIAL, 2017, p.131, grifo nosso). Contudo, o último estudo que recebeu o nome de IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultura dos estudantes das Instituições Federais Ensino Superior (2014), realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos

Estudantis (FONAPRACE), demonstra com base nos dados levantados que os estudantes com rendimento familiar de até 3 salários mínimos, classificados como pertencentes ao baixo estrato de renda, compõem um percentual de 51% no total nacional (FONAPRACE, 2016, p.7). Evidenciando, portanto que a maior parte dos estudantes não pertencem as famílias mais ricas da sociedade.

Destarte, a partir da análise de algumas inferências que compõe o documento, constata-se que aparentemente as conclusões e propostas do documento não decorrem de nenhum estudo sério, apenas levantam-se argumentos e indicadores que possam justificar uma convicção político-ideológica falaciosa previamente existente (DRUCK, FILGUEIRAS, MOREIRA, 2018, p.10).

Em seguida, o documento apresenta duas linhas de reformas que possivelmente iriam contribuir, na visão dos organizadores do texto, para uma amenização dos mencionados gastos com o nível de Ensino Superior no Brasil. Os seguintes trechos retratam algumas das ideias basilares propostas por tais reformas: “(i) limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades [...]; (ii) introdução de tarifas escolares [...]” (MUNDIAL, 2017, p. 137-138).

Mediante o levantamento de dados produzidos pelo documento, bem como, o caminho para a possível solução apresentada, observa-se a propagação da ideia de que os recursos para o Ensino Superior precisam ser ainda mais limitados, uma vez que, de acordo com o documento “Um ajuste justo”, uma das limitações no que diz respeito a orçamento dos gastos com o Ensino Superior é o custo do aluno no setor público, e ao considerar que o retorno desse investimento não seja imediato para a sociedade, busca-se justificar a limitação de gastos, assim como, considera pertinente universidades buscarem recursos em outras fontes. A segunda linha de reforma de preposição do documento indica uma possível influencia neoliberal, ao passo que expressa tendência na instituição de taxas de serviços acadêmicos sugeridas para o Ensino Superior, isso limitará ainda mais a possibilidade de acesso e permanência àqueles que estão nos estratos menos favorecidos da sociedade.

## CONCLUSÃO

O documento mais recente publicado pelo Banco Mundial, proveniente de um estudo realizado pelo mesmo, “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, especialmente no que tange ao Ensino Superior, evidencia em sua argumentação uma análise relativista que prioriza fundamentalmente o critério custo-

benefício. Assuntou-se nesse texto as inferências direcionadas ao nível de ensino que, apesar de precarizado pelas condições atuais de investimentos, produz e promove a democratização do conhecimento em nível superior.

Destaca-se que, os dados apresentados no documento em análise asseveram em sua totalidade, sobre processos considerados ineficazes dentro das Universidades Públicas do Brasil. Além disto, insistentemente sugere a redução do financiamento no setor público, mediante as medidas apresentadas, ao passo que espreita condutas mais eficientes em condições de ensino e formação acadêmica, o que é não menos que muito controverso.

Enfim, as inferências realizadas pelo documento analisado no presente trabalho corroboram para a percepção de que as comparações entre os setores público-privado, especialmente no caso das Universidades, necessitam ainda de ampla discussão em meio acadêmico. À vista disso, depreende-se que a análise da eficiência do gasto público no Ensino Superior ultrapassa aspectos unicamente economicistas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Neoliberalismo e educação: uma década de intervenções do banco mundial nas políticas públicas do Brasil (2000 – 2010)*. São Paulo: ANPUH (Anais do XXVI Simpósio Nacional de História), v. 26, p. 1-16, 2011.

AMARAL, Nelson Cardoso. *Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”*, Goiânia: UFG, 2017. Disponível em: <<https://www.ufg.br/up/1/o/ANALISE-CRITICA-BM-2017.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2018.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Washington, DC: BIRD/Banco Mundial, 2017. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf)> . Acesso em: 18 ago. 2018.

CROSSO, Camilla; AZZI, Diego; BOCK, Renato (orgs). *Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na américa latina*. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz; MOREIRA, Uallace. *Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do Banco Mundial*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2017. Disponível em:

<<http://www.grabois.org.br/portal/artigos/154054/201712-06/professores-da-ufba-analisam-ajuste-fiscal-do-banco-mundialpara-o-brasil>>. Acesso em 18 dez. 2018.

FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **IV Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras.** Uberlândia, 291 p. 2016. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES\\_2014.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf). Acesso em: 18 ago. 2018.

MUNDIAL, Banco. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. **Washington, DC: BIRD/Banco Mundial**, 2017.